

LINGUAGEM E ALIENAÇÃO DA CONSCIÊNCIA

Suely Amaral MELLO¹

- **RESUMO:** Este artigo discute o processo de obviedade que envolve as práticas não-cotidianas da atividade humana e seu objetivo central é a explicitação dos mecanismos que se escondem por trás da linguagem, permeiam o pensar e o agir do sujeito e o levam a assumir, diante de situações e problemas não-cotidianos – pertencentes às esferas complexas da atividade do homem – uma atitude de “já conhecido”, “já sabido”, de “óbvio”, que impede a efetiva compreensão dessas situações e problemas e, conseqüentemente, a concretização das metas colocadas para a prática nessas esferas do fazer humano.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Relação consciência e linguagem; obviedade; linguagem e alienação da consciência.

A discussão sobre o papel da linguagem no desenvolvimento humano tem sido colocada de forma insistente tanto pela lingüística, como pela filosofia, pela sociologia do conhecimento e pela psicologia, a partir de distintas concepções do processo de conhecimento. Para Schaff (1974), esse desejo de ressaltar o papel ativo da linguagem no processo de conhecimento e na elaboração de nossa imagem do mundo tem reforçado as concepções que separam a linguagem da realidade e a transformam em objeto único da análise, como se ela existisse por si. É pressuposto da reflexão aqui desenvolvida que a linguagem não é autônoma; ao contrário, estudos como os de Luria (1984, 1994) e

¹ Departamento de Didática – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-090 – Marília – SP.

Vygotsky (1991) apontam intrincadas relações entre pensamento-linguagem-realidade e também a formação da linguagem-pensamento no processo de refletir a realidade na consciência humana no processo de trabalho.

Esse entendimento específico do papel ativo da linguagem no processo de desenvolvimento da consciência, no quadro do sistema marxista aqui adotado, supõe a compreensão do conceito de homem como produto histórico e social, e a interpretação do processo de conhecimento como reflexo e refração da realidade.

Desse ponto de vista histórico-social, a linguagem tem um papel essencial no processo de conhecimento da realidade, uma vez que é o tecido material com que opera a consciência. Nesse sentido, a linguagem é elemento determinante da consciência. Conforme Vygotsky (1991, p.346-7),

a palavra é para a consciência o que o microcosmos é para o macrocosmos, a célula para o organismo, o átomo para o universo. É o microcosmo da consciência. A palavra significativa é o microcosmo da consciência humana.

Ao compreender essa determinação, é importante não perder de vista que a realidade, no entanto, é primária em relação à linguagem, existe independente do homem que fala, e sendo assim, não é a linguagem que cria a realidade – conforme chegaram a defender alguns estudiosos entusiasmados com o papel ativo da linguagem no processo de conhecimento humano (Schaff, 1974). A linguagem é reflexo da realidade que se impõe sobre ela. Assim sendo, a linguagem é o elemento que reflete a realidade na consciência, e não cria, portanto, nem a realidade nem a consciência.

No entanto, o fato de refletir a realidade objetiva não significa que a linguagem não tenha qualquer papel ativo no conhecimento da realidade e na constituição da consciência. Ao contrário, a linguagem é o universo dentro do qual a consciência trabalha e busca sua referência, é a expressão material da consciência. A consciência reflete e refrata a realidade objetivamente existente que o homem conhece e transforma, e faz isso por meio da linguagem, ou seja, tendo o significado da palavra como unidade fundamental do processo dinâmico do conhecimento. Conhecer implica enquadrar o que se conhece sob alguma generalidade ou conceito, categorizar a realidade. Assim sendo, o processo de conhecimento tem, ao mesmo tempo, um caráter objetivo – desenvolvido a partir da lógica que emana do objeto e que atua sobre

o sujeito –, e também um caráter subjetivo – desenvolvido a partir da ótica do sujeito, social e historicamente construída. O reflexo da realidade envolve, portanto, a reflexão e a refração da realidade numa relação de ação recíproca entre o indivíduo e o mundo – a vida, o fazer prático do homem – da qual resulta o conhecimento (Rubinstein, 1965, p.47).

As significações – os conceitos – com as quais o homem reflete e refrata a realidade objetiva não são criadas por cada homem singular: ele se apropria dessas significações no processo de sua existência, de sua atividade social. Por meio delas, apropria-se da experiência humana e, nesse processo, vai conferindo a elas um sentido pessoal, ou seja, vai estabelecendo, para as significações de que se apropria, ligações e relações específicas dentro do sistema maior de relações e ligações que a significação carrega consigo.

Ainda que este seja um processo ativo, no entanto, ao se apropriar das significações no processo espontâneo de apropriação desta língua, o homem apropria-se da forma de pensar as objetivações humanas expressa pela língua – a lógica construída pelos falantes que se materializa na língua. Além disso, com a linguagem, apropria-se de significações que interferem na configuração dos motivos e fins de sua atividade, na formação de sua identidade, enfim, apropria-se da forma de olhar e compreender o mundo expressa nas significações com as quais sua consciência passa a operar.

A teoria dialética do reflexo considera, pois, a dialética da relação linguagem-pensamento-atividade, que implica o fato da linguagem-pensamento, moldada como um reflexo da realidade no processo de conhecimento, ser também um instrumento que modela a maneira de perceber e compreender a realidade graças especialmente ao processo educacional que veicula, por meio da linguagem, a experiência humana acumulada e uma forma de interpretá-la. A linguagem, portanto, medeia a formação dos processos mentais, viabiliza a comunicação da experiência humana acumulada, impõe a apropriação pelo indivíduo dos modos de pensar elaborados que encontra na comunidade em que vive, uma vez que é com os signos fornecidos pela cultura – sempre carregados de significados – que cada homem reproduz o sistema de signos que lhe servem como mediadores tanto na compreensão do mundo como no desenvolvimento dos processos mentais superiores. Então, uma vez que mediatizam a relação do homem com o mundo, os conceitos constituem-se num condicionante – num filtro – por meio do qual o homem percebe o real e, conseqüentemente, atua

sobre ele. O exemplo dos esquimós – capazes de ver e nomear diferentes tipos de neve em que o habitante de um país quente só consegue ver um tipo de neve – é prova, ao mesmo tempo, de como a realidade determina a língua e de como uma dada língua orienta o que se vê na realidade objetiva em que se vive. Assim, conforme afirma Markus (1974, p.37),

as formas do cérebro humano – historicamente produzidas e herdadas – através das quais a realidade se faz adequada ou inadequadamente consciente, através das quais se capta e interpreta a realidade e que, portanto, motivam as ações, são, elas próprias, “forças materiais”, não meros reflexos passivos da vida social, mas fatores co-determinantes da reprodução e transformação das relações e situações sociais.

Assim, a realidade impõe sua imagem à linguagem, mas a linguagem introduz uma ordem na realidade, por meio dos conceitos e das categorias fixadas pela linguagem. A linguagem define uma forma de organizar os elementos da realidade, unir os objetos e situações, separar a realidade em categorias. Neste sentido, dá uma organicidade e um significado aos objetos do mundo. Conforme o relato de Kasper Hauser (Kainz, *Psychology der Sprache*, apud Schaff, 1974, p.159), o mundo das objetivações só se torna um mundo de objetos humanos à medida que o sujeito é capaz de refletir o que vê sob a forma de uma generalização lingüística que fixa um fato de consciência.

A consciência se constitui, pois, como reflexo da realidade refratada por meio das significações e dos conceitos lingüísticos que são construídos socialmente. A linguagem, assim como a experiência anterior do sujeito – que se fixa por meio da linguagem – e o nível de desenvolvimento de seus processos psíquicos como a memória, a atenção, o pensamento lógico-verbal – igualmente condicionados pela linguagem – interferem no processo de formação da imagem consciente por meio da qual o sujeito reflete o mundo, ainda que dependam todos – em última instância – da atividade do sujeito e do lugar que o sujeito ocupa nas relações sociais mais amplas.

Ocorre que a atividade do sujeito é mediada pelas relações sociais concretas – que, neste momento da história, são contraditórias – , a atividade que o sujeito realiza pode levar tanto à apropriação-objetivação máxima das forças humanas essenciais (da socialidade, da consciência, da ação criadora intencional sobre o mundo, da liberdade e da universalidade), quanto à apropriação da alienação, ao particularismo (ao isolamento, à mesquinhez, à ação e ao pensamento repetitivos, à sub-

missão). O que vai determinar um caminho ou outro será a própria atividade que o sujeito desenvolve – que pode ser mais humanizadora ou mais restritiva – e a relação que o sujeito é capaz de estabelecer com as objetivações humanas, com o mundo da cultura. Uma vez que a percepção da realidade pelo sujeito passa pela linguagem, a relação mais consciente ou mais alienada com a linguagem será elemento fundamental na relação que o sujeito estabelecerá com seu pensar e agir.

A obviedade na vida cotidiana e uso alienado da obviedade

Dentre os mecanismos que envolvem a relação alienada com a linguagem, um, em especial, chama a atenção por sua sutileza e força: a obviedade, a sensação de já conhecido, já sabido, familiar.

A obviedade é uma categoria essencial da vida cotidiana porque indispensável ao desenvolvimento adequado da vida nesta esfera. As respostas exigidas do sujeito pelas necessidades prático-utilitárias da vida cotidiana desenvolvem uma atitude “natural”, dirigida pelo espontaneísmo, pela analogia, pelo economicismo, pela ultrageneralização, pela aproximação imediata da realidade. Isso exercita o pensamento cotidiano no sentimento de “já conhecido” – de “óbvio” – frente às situações cotidianas. Os automatismos necessários à realização do volumoso conjunto de atividades que compõem a rotina indispensável da vida cotidiana implicam necessariamente essa atitude permeada pela obviedade. Sem essa obviedade, o cotidiano não se realizaria; a atitude reflexiva seria um empecilho à dinâmica necessária às atividades heterogêneas e volumosas dessa esfera: sem o pragmatismo, por exemplo, a vida cotidiana não se viabilizaria, pois, refletir sobre o ato de atravessar a rua, antes de fazê-lo inúmeras vezes diariamente, não tem sentido algum e inviabiliza o ritmo das ações da vida cotidiana, automatizadas justamente para possibilitar o tempo para refletir sobre o necessário. As apropriações que têm lugar na vida cotidiana se realizam, pois, necessariamente de forma natural e espontânea: a linguagem, os usos e costumes, a utilização dos instrumentos e da técnica necessários à vida cotidiana são apropriados no contato das novas gerações com as gerações adultas, sem que haja, por parte de quem aprende ou ensina, necessariamente uma intencionalidade. A obviedade, portanto, é uma característica ontológica da vida cotidiana e, por isso, não se pode entendê-la como sinônimo ou consequência da alienação. Ao contrário,

a obriedade é a atitude imprescindível, adequada e positiva para a vida cotidiana e faz parte da vida de todo homem, uma vez que a vida cotidiana é um sistema de referências de que todo homem precisa se apropriar para viver na sociedade da qual faz parte e sem o qual não pode garantir sua sobrevivência nessa sociedade. Assim, a utilização da obriedade na esfera do cotidiano não implica que o sujeito que o faz esteja alienado.

Quando se trata, no entanto, daquelas atividades humanas que transcendem a esfera do cotidiano, que exigem para sua apropriação e objetivação uma atitude dirigida intencionalmente pela consciência – a ciência, a filosofia, a política, a arte, como também a educação escolar –, a utilização da obriedade assume um aspecto negativo, pois passa a impedir sua apropriação e objetivação plenas. Da mesma forma que na esfera do cotidiano – a esfera em que a obriedade é adequada –, a intencionalidade impediria a dinâmica necessária das atividades imprescindíveis dessa esfera, na esfera do não-cotidiano – a esfera da intencionalidade –, a obriedade é um empecilho à apropriação e objetivação plenas exigidas pelas atividades não-cotidianas.

Ao se dirigir a essas objetivações não-cotidianas com uma atitude de “já conhecido”, “óbvio”, generalizando uma atitude de naturalidade que é própria e adequada à esfera cotidiana, o sujeito não consegue se apropriar – senão de forma “natural e espontânea”, imediata e, portanto, superficial – de algo que só pode ser apropriado de forma intencional.

Essa expansão de uma atitude própria do cotidiano – esteja esse cotidiano alienado ou não – para o não-cotidiano, é própria do processo de alienação que leva o homem a não perceber a especificidade das duas esferas da atividade humana, ou seja, a não perceber as atividades não-cotidianas como atividades complexas, distintas das atividades cotidianas. Isso acontece porque, uma das características do processo de alienação é a não-percepção pelo sujeito do condicionamento social a que se encontra submetido, o que faz com que ele assuma a vida cotidiana – a que se encontra restrito – como se fosse a única esfera da vida e da atividade humana. O processo de apropriação “natural” e “espontâneo” que se realiza na esfera do cotidiano – que se efetiva sem que se tenha, necessariamente, consciência dele – empresta a essa esfera um caráter de algo “correto” e até “indiscutível”. Por isso a vida cotidiana é tomada pelo sujeito que tem sua vida restrita a ela, como se fosse a esfera do “verdadeiro”, o padrão para a vida. Restrito

à esfera do pensar e agir cotidianos, às necessidades marcadas pelo particularismo, o homem alienado toma a vida cotidiana como se fosse a possibilidade máxima para a existência humana, e as formas do pensamento cotidiano como sendo as únicas formas de pensamento existentes – e, por isso, modelo para todas as atividades humanas. Por isso, encara todos os problemas, todas as situações e se dirige às objetivações – sejam as da esfera do cotidiano, sejam as da esfera do não-cotidiano – com a lógica da vida cotidiana – aliás, a única que conhece –, desconsiderando a lógica mais complexa que emana das objetivações não-cotidianas. Ou seja, esse homem particular – alienado –, imerso na lógica cotidiana, dirige-se às atividades ligadas à ciência, à política, à filosofia, à arte etc., com a mesma postura prático-utilitária, economicista, espontaneísta, analógica utilizada na esfera cotidiana. É nessa situação que o uso da obviedade torna-se um problema: quando da utilização numa situação cuja apreensão exige intencionalidade e reflexão. O uso alienado da obviedade não está, pois, na adoção da atitude prático-utilitária, ultrageneralizante, espontânea ou economicista em si. Seu uso alienado se configura quando o sujeito expande a obviedade inerente a cada uma dessas atitudes – próprias e adequadas à vida cotidiana – para uma atividade que não faz parte da vida cotidiana e que exige uma atitude que não é nem pragmática, nem imediatista, nem óbvia, mas intencional, refletida, autônoma, crítica, enfim, uma atitude que expressa uma relação consciente com a das objetivações cotidianas. Essa utilização inadequada da obviedade para abordar as objetivações não-cotidianas configura o uso alienado da obviedade.

É o uso dos traços fundamentais da estrutura da vida cotidiana para abordar as atividades da esfera não-cotidiana que caracteriza esse uso alienado da obviedade: a espontaneidade, a ultrageneralização, o pragmatismo, a heterogeneidade, a economia de reflexão, a abordagem de uma objetivação singular como se ela fosse conhecida e óbvia e pudesse ser tratada por analogia a outras ocorrências cotidianas.

Esse uso indevido da obviedade é, ao mesmo tempo, produto e condutor da alienação. É a sociedade de classes que engendra essa cristalização dos traços fundamentais da vida e do pensamento cotidianos como categorias absolutas para pensar e expressar a relação do homem com todo o conjunto das objetivações humanas e que engendra o uso alienado da obviedade. Nesse sentido, a utilização alienada da obviedade é produto das condições concretas que restringem o

sujeito a viver apenas uma parte das possibilidades da vida humana – a vida cotidiana – como se fosse toda a vida possível, e, ainda que esse sujeito entre em contato com as diferentes esferas da atividade humana, sua apropriação fica restrita aos limites possíveis à lógica “natural” e “espontânea” inerente à apropriação das atividades cotidianas, uma vez que lhe faltam elementos para uma apreensão complexa.

Ao mesmo tempo, essa utilização alienada da obriedade – produto, então, da alienação – é condutora da alienação. A compreensão das situações e fatos como “naturais” se manifesta no pensar e agir do sujeito e se expressa na linguagem, e, desta forma, (des)educa outros a perceberem os fatos e situações sob a mesma ótica. Se os fatos e situações são naturais, não há nada a fazer. Nesse sentido, o pensamento cotidiano é um pensamento fatalista: se “sempre foi assim”, então “sempre será”. Esta compreensão se torna um instrumento privilegiado no processo de “naturalização” do histórico, de dissolução de conflitos, de imposição consensual de uma forma de apreender o mundo e de analisá-lo.

Esse processo de expansão das categorias do pensar e agir cotidianos para as esferas não-cotidianas não acontece, no entanto, apenas para aqueles que vivem restritos à vida cotidiana. Também aqueles que desenvolvem atividades na esfera das atividades complexas, não-cotidianas, estão sujeitos a essa expansão alienada da lógica adequada à esfera cotidiana para pensar e agir na esfera não-cotidiana. Ocorre que a linguagem é uma objetivação humana que serve, ao mesmo tempo, à esfera cotidiana e à não-cotidiana. Os homens se apropriam da linguagem como uma objetivação da vida cotidiana, a partir do convívio cotidiano com as gerações mais velhas, e, da mesma forma espontânea a objetivam, o que significa que o sujeito não estabelece com ela uma relação intencional no processo de sua apropriação e objetivação. Para a vida cotidiana, e, enquanto instrumento para pensar e orientar a ação nesta esfera, essa relação espontânea com a linguagem é necessária, pois as necessidades imediatas tornam a atitude de estranhamento e análise inadequadas para essa esfera da atividade humana. Por isso, a obriedade da linguagem é adequada e mesmo exigida pelas condições cotidianas da vida.

No entanto, como a linguagem é também instrumento para pensar e orientar a ação do sujeito em relação às objetivações não-cotidianas, que exigem uma atitude intencional para sua apropriação, seria necessário que, neste nível, se estabelecesse uma relação não-naturalizante

com a linguagem. Ocorre que o sujeito dirige-se a essas atividades complexas utilizando a linguagem da mesma forma natural e espontânea que utiliza no cotidiano. Em outras palavras, a atitude natural e espontânea que o sujeito desenvolve em relação aos fatos e às objetivações cotidianas – e que sob a alienação expande para as atividades não-cotidianas –, desenvolve também em relação à linguagem. Com isso, a linguagem se torna um instrumento dessa expansão da obviedade utilizada de forma alienada, pois essa atitude de assumir as objetivações não-cotidianas como óbvias impede sua apropriação plena. Ou seja, ao mesmo tempo que elemento essencial ao processo de humanização, a linguagem, quando está imersa na obviedade, se torna elemento fundamental na propagação da alienação.

Linguagem e obviedade

O que significa, para a linguagem, ser apropriada e utilizada de forma natural e espontânea, ou óbvia? Significa que a linguagem não é percebida como um sistema de códigos que tem uma história e traz consigo uma forma de compreender e interpretar o mundo; que o conceito, que, como vimos, guarda todo um sistema de valores, uma história, uma moral, remete a um saber e a uma experiência acumulada, perde a marca de sua produção histórica e passa a ser tratado como se fosse natural e tivesse existido sempre e com o mesmo significado.

Ao tratar os conceitos de forma óbvia, ao tomá-los naturalmente, acaba-se por dispensar a busca de seu sentido e significado. A forma parece bastante para a comunicação. Essa supervalorização da forma, tratada sem a profundidade do significado, é que distancia a história, substitui o conjunto de experiências que resulta no sentido e no significado do conceito por um estereótipo que assume a aparência de universal e eterno – “sempre foi assim”. A expressão sonora cria, nesta situação, uma familiaridade com o tema encerrado na palavra que dispensa qualquer busca mais profunda de seu significado, pois “é óbvio que é assim”. Uma consequência que surge daí é que os conflitos parecem se desfazer ao serem tratados pela obviedade: as coisas são “como devem ser”, “como sempre foram”. Ao naturalizar o histórico, a obviedade retira a necessidade da sua explicação: cria uma clareza ilusória que dispensa explicações, pois o conceito parece significar por si próprio.

À guisa de exemplo, pode-se considerar o conceito de consciência crítica, para tomar um exemplo caro à educação, às ciências sociais e à filosofia. No conceito de consciência crítica, tomado de forma óbvia, dilui-se qualquer relação com a alienação, com os condicionantes sociais, com a construção de uma autonomia frente a esses condicionantes. O uso indevido do óbvio torna natural uma situação histórica – torna eterno o que é transformável. Desse ponto de vista, a consciência crítica é algo que sempre existiu, sempre foi assim como todos “sabem que é”.

O resultado imediatista, prático-utilitário disso é que restrito em seu significado ao óbvio, “facilita-se” a apreensão do conceito. Este é um mecanismo do uso alienado da obviedade que não suporta, e, ao mesmo tempo, impede a atenção do falante: destina-se a um consumo desatento e, por conseqüência, conivente, que não desconfia que sob o uso alienado do óbvio podem ser encontrados mecanismos que precisam ser revelados como condição para superar esse uso alienado da linguagem. Enquanto isso não acontece, sob a aparente ausência de conflitos, sob a aparência de naturalidade, a relação alienada dos falantes com suas reais condições de vida e de fala é perpetuada.

Se entendemos que as formas superiores de comunicação próprias do homem só são possíveis porque o homem, por meio do pensamento, é capaz de refletir a realidade de forma generalizada e fixá-la num conceito que destaca as propriedades objetivas do objeto, então, para que outros compreendam o que se quer comunicar, é preciso generalizar e categorizar o que se sente ou experimenta, relacionando essa experiência com uma determinada classe de estados conhecida pelo interlocutor e sistematizada sob a forma de algum conceito já conhecido. De sua parte, o interlocutor precisa ter disponível a significação que se liga à palavra. Se esse interlocutor não tem disponível o conceito ou generalização de que o emissor lança mão, a compreensão se torna impossível. O fato de o significado da palavra resultar da unidade do pensamento e da linguagem implica justamente que conhecer o som não é suficiente para a compreensão do conceito. É necessário que a manifestação sonora deflagre um pensamento a ela correspondente. É da relação entre estes dois aspectos que o conceito pode ser compreendido, quando assume um significado. Só assim o conceito estará disponível.

A obviedade justamente desconsidera isso: o conceito não está disponível mas é como se estivesse. É isso o que acontece com o con-

ceito de consciência crítica, que tem sido anunciado como uma meta da educação brasileira desde as décadas iniciais deste século, sem que a prática o concretize. O educador não sabe o que é consciência crítica, mas a anuncia como se este fosse um conceito do qual pudesse dispor. No entanto, dispõe apenas do som da palavra, pois já a ouviu, utiliza-a. Mas, não dispõe do conceito, uma vez que a manifestação sonora não deflagra para ele uma busca da significação. O aspecto sonoro basta para esse educador que não sabe o que é a consciência crítica, mas trata o conceito como se soubesse, pois é "óbvio". Dessa forma não acontece uma barreira aparente no processo de comunicação, mas uma barreira na essência da compreensão que passa despercebida ao educador. Para as objetivações da vida cotidiana, isso não significaria um complicador, pois a relação de "naturalidade" envolve situações que se repetem e cujo alcance é, em geral, restrito à cotidianidade. No entanto, para a atividade de formação de educadores – para a prática educativa, em geral – que depende do uso intencional da consciência, essa relação do falante com a linguagem se torna um problema. Para o educador, que se utiliza indevidamente da obviedade para abordar a prática educativa, abordando-a de forma economicista, opera-se uma supervalorização do aspecto externo, sonoro do conceito sobre o aspecto semântico, interno. A expressão sonora traz um significado imediato: a compreensão da expressão de outrem não precisa nascer do movimento do pensamento na busca das relações e ligações específicas relacionadas ao momento e situação específicos da enunciação dentro do campo semântico mais amplo suscitado pela palavra. Realiza-se uma regressão do signo pleno de significado à forma, pois o sentido e o significado já vêm dados. O sentido e o significado do conceito de consciência crítica "estão óbvios", e são tão já conhecidos por todos que é infantil perguntar-se sobre seu sentido e significado.

O economicismo também dispensa a busca dos motivos que levam o emissor à expressão, e desconsidera a necessidade de perceber o lugar de onde ele fala. Isso seria fundamental para compreender a amplitude do conceito, o sentido da enunciação, de modo a desenvolver uma comunicação que tenderia a ser cada vez mais efetiva. No entanto, tomado pelo ponto de vista da obviedade, o conceito perde amplitude, tende a se tomar cada vez mais imediato e, portanto, cada vez mais superficial.

Com a supervalorização da forma que é elevada à condição de signo, uma vez que o sentido já vem dado pela forma, rompe-se a uni-

dade do pensamento e da palavra, encontrada por Vygotsky (1991, p.288 ss.) no significado da palavra. Marcada pela abordagem alienada da obviedade, a palavra não movimenta o pensamento. A obviedade imprime uma economia no processo de pensamento: significado e sentido já vêm dados, ou melhor, só há o estereótipo de significação ou do aparente significado social da palavra: não há sentido. O receptor não busca o sentido, restringe sua compreensão ao que aparece como o significado social aceito, não há qualquer movimento de busca do pensamento em direção à compreensão, não há necessidade de reflexão. Absorvido espontaneamente, não há estranhamento em relação ao conceito. A abordagem economicista torna mais curto o caminho ao significado e dispensa a reflexão. Além disso, a abordagem heterogênea impede que o educador se detenha inteiramente sobre o conceito e esse acaba sendo apreendido no mesmo nível de todos os conceitos com que se opera no cotidiano, e que, nessa esfera não-cotidiana, subentende-se como superficial.

Da mesma forma, a abordagem ultrageneralizante de uma atividade complexa, como a prática educativa, ou de um conceito filosófico, como o conceito de consciência crítica, não permite a apreensão do conceito e da prática complexa, pois a apreensão de ambos exige reflexão: não basta deter-se na expressão verbal, pois o sentido e o significado do conceito de consciência crítica não vêm dados pelo aspecto sonoro. Para chegar à apreensão do conceito – condição essencial, ainda que não suficiente, para sua objetivação –, o sujeito precisa estranhar o conceito, buscar sua historicidade – o contexto que envolve o conceito. No exemplo do conceito de consciência crítica, seria necessário remeter-se à alienação e à superação da alienação –, perceber a profundidade e amplitude do conceito – que envolve a concepção de homem como produtor da história e de sua humanidade, ao mesmo tempo que produto das circunstâncias que produz.

Com a obviedade do conceito, o aspecto sonoro parece provocar naturalmente um e apenas um correspondente semântico, como se o conceito resultasse de uma associação linear, mecânica, automática, que já traz um sentido associado, que não passa nem pela experiência humana, nem pela experiência pessoal de quem o aborda, nem pelo contexto mais amplo, nem pela situação e momento específicos – não movimenta o pensamento: ouve-se e já se sabe, e se alguém se propõe a explicar, será tomado como infantil, uma vez que já está óbvio. No entanto, a palavra não é uma associação simples e unívoca entre um sinal sonoro e uma noção direta: ela tem uma infinidade de significados

potenciais. Ou seja, não reproduz um conceito direto, mas suscita um sistema de relações e ligações que deflagram um conjunto de significados, e não apenas um significado cristalizado. Para encontrar o significado adequado do conceito, o pensamento movimenta-se nas direções que são determinadas pela amplitude e profundidade do sistema de relações dado pela experiência do sujeito e onde a palavra se insere, buscando aquelas relações que têm ligação com o momento e situação específicos, num processo de eleição do sistema de generalização adequado e de inibição dos outros. Em outros termos, a palavra tem uma referência objetual, no entanto, essa referência não é fixa e de significado único; ao contrário, faz parte de um campo semântico no qual se insere o conceito enunciado, o que determina que o processo de compreensão do conceito no contexto da educação – das objetivações não-cotidianas – é sempre um processo ativo de escolha do significado adequado dentro do conjunto de alternativas – o campo semântico – suscitado pelo conceito. Nesse processo, além do significado adequado, também se confere um sentido à palavra. Portanto, o que se busca são aquelas relações que têm ligação com o momento e situação específicos dentro do sistema de relações e ligações a que a palavra remete, e a inserção do significado na experiência subjetiva dentro da qual esse significado assume um sentido próprio ao sujeito. Por tudo isso, o processo de compreensão e utilização de uma palavra-conceito é um processo ativo de movimentação do pensamento que implica perceber a referência mais ampla do conceito – que é social e histórica – e, ao mesmo tempo, refletir por dentro da própria experiência e da situação específica, o sentido que o conceito assume naquele momento e situação, dada a especificidade do sujeito que fala, o lugar de onde fala, os motivos que o movem. Um conceito que faz parte da esfera não-cotidiana da atividade humana – da filosofia, da política, da psicologia – só pode ser compreendido como resultado desse processo ativo de movimentação do pensamento apontado acima, sem o que a apreensão é imediata e, assim superficial. Por isso, o desenvolvimento da consciência crítica, ao ser assim colocado como fim da atividade educativa, não pode se realizar senão restrito aos limites da compreensão desenvolvida. Por isso, anuncia-se o desenvolvimento da consciência crítica, mas este não se realiza.

Nesse sentido, a atitude de obviedade com relação ao conceito na esfera não-cotidiana atropela o processo do pensamento numa situação em que ele é imprescindível. A palavra imersa na obviedade não deflagra o processo ativo de escolha, característico do processo de

comunicação. Ao mesmo tempo, esse “significado” esvaziado do conceito “consciência crítica” que já vem ligado ao conceito não faz sentido para o educador, pois é uma palavra que o educador usa porque faz parte do discurso da área, ou porque “todos usam”. Nessas condições, o proclamado não se torna o início de um processo, mas sua cristalização, e, nesse sentido, torna-se justamente um empecilho à realização do que se anuncia como meta. Em outras palavras, a utilização alienada do conceito traz, dentro de si, sua própria negação.

Essa compreensão restrita e empobrecida do conceito restringe a compreensão da prática em que este se insere. Enquanto objetivação não-cotidiana, complexa da atividade humana, a apreensão plena do processo educativo, por exemplo, exige uma relação cada vez mais consciente e intencional com a linguagem, de forma a ter nela um instrumento que possibilite essa apreensão da prática educativa em sua complexidade, a comunicação efetiva, a construção do conhecimento além da experiência imediata, a definição consciente de fins e valores para essa prática e a objetivação dessa prática de forma cada vez mais humanizadora. Ao abordá-la com a linguagem tratada de forma alienada, falta ao educador a necessária aproximação reflexiva, ativa, crítica, permitida por uma relação consciente com a linguagem, quando esta se torna um instrumento de efetiva apropriação da prática educativa e também de objetivação plena dessa prática. Sem desenvolver esse nível de relação com a linguagem, esse educador alienado compreende e atua sobre a prática educativa de forma unilateral, cerceado à compreensão e atuação que realiza em relação às atividades da vida cotidiana que não exigem uma apreensão plena. Ao estabelecer uma relação espontânea com a linguagem, o educador não é capaz de apreender a prática educativa em sua complexidade. Ao invés disso, apropria-se dela com o pragmatismo que dispensa a reflexão, o economicismo que estimula o caminho mais curto para a apreensão do objeto, o espontaneísmo que abole os conflitos e que ensina que as coisas sempre foram assim – e o educador faz isso sem se dar conta da redução que efetua.

O problema, então, está em que a linguagem – ao mesmo tempo elemento essencial da vida cotidiana, e também instrumento fundamental na realização da prática educativa e das demais atividades não-cotidianas –, ao estar alienada, carrega a alienação da vida cotidiana para a esfera complexa da prática humana, que não é percebida em sua especificidade pelo sujeito.

Ao usar alienadamente a obviedade, o sujeito trata o reflexo consciente como se este resultasse apenas da influência direta imediata da realidade aparente. No entanto, conforme se discutiu no capítulo anterior, o reflexo consciente não pode ser tratado apenas como resultado da influência direta da realidade com que o homem entra em contato, assim como não pode ser apenas o resultado das influências verbais. O reflexo consciente da realidade resulta sempre da ação recíproca entre as impressões diretas recebidas da realidade no processo da atividade humana e as representações, as idéias elaboradas pela sociedade que transmitem os conhecimentos e os pontos de vista que constituem a consciência social, e que são fixados nos conceitos de que o homem se utiliza em suas operações psíquicas na relação com o mundo das objetivações (Smirnov et al., 1961, p.91). Por isso, essa relação do sujeito com a realidade e com a linguagem não é natural no sentido biológico, mas "natural" no dizer de Marx, ou seja, socialmente articulada como se fosse natural. Pelo uso alienado da obviedade, o educador perde a historicidade dos conceitos de que se utiliza e, com isso, a visão de mundo neles impressa e os pontos de vista contraditórios que convivem nas palavras e que pertencem às classes sociais antagônicas que constituem uma mesma comunidade semiótica, partilhando da mesma linguagem (cf. Bakhtin, 1979, p.32). Ancorado no economicismo típico da vida cotidiana, ao usar a linguagem, o sujeito busca a utilização mínima do pensamento. Desta forma, os fatos são "aceitos de modo irreflexivo como 'óbvios'" (Heller, 1977, p.266). Da mesma forma, a gramática e o significado das palavras são tratados como coisas óbvias (p.295). E mesmo quando se procura definir uma palavra, o pragmatismo não chega a ser superado uma vez que essa definição do significado da palavra permanece no campo da metalinguagem e não se constitui como apropriação de um novo conceito – fala-se sobre a palavra, mas não se chega a construir sua compreensão mais profunda.

Assim, o economicismo característico da vida cotidiana, ao ser utilizado para categorias não-cotidianas, imprime um tratamento superficial ao conceito tanto no caminho que vai do pensamento à expressão quanto no processo de compreensão da expressão falada ou escrita. O emissor, sem se dar conta da abordagem espontaneísta que o ouvinte fará de seu enunciado – porque também assim se dirige à expressão ao ouvi-la de outros, e entende essa relação como a única possível e necessária –, não usa sua fala para chamar a atenção do

ouvinte para o significado que sua fala poderia ter e permite assim a continuidade do uso alienado da categoria. O ouvinte, da mesma forma, sem se dar conta dos possíveis significados impressos no conceito, ouve a palavra cujo significado se lhe apresenta como óbvio e para a qual não precisa buscar qualquer novo sentido. Não há reflexão a ser feita na busca do significado ou do sentido, ambos estão óbvios. É assim que o conceito de consciência crítica que é pleno de sentido – pois refere-se à atitude do homem que, condicionado pelas relações alienadas, é capaz de perceber esse condicionamento e construir, num processo crescente, a autonomia de seu pensar e agir em relação à alienação –, ante a abordagem superficial, espontaneísta, apressada e ultrageneralizante, é tomado como se fosse uma forma, cuja mensagem não precisa nascer da relação dinâmica entre sentido e significado, mas que já vem determinada, já é conhecida, já vem falada, é óbvia e, portanto, dispensa a investigação de seu real significado. Essa assimilação irrefletida da linguagem traz consigo a assimilação de valores e estereótipos que via linguagem atuam sobre a consciência e o agir humanos, conforme Schaff (1974, p.266),

com tanto mais força quanto são, tendo em atenção o seu caráter ordinário e sugestivo, mais difíceis de decifrar e, portanto, aceites na maior parte dos casos como coisas naturais.

Por isso, o conceito assim tratado perde a força da compreensão política e filosófica presente no conceito autêntico. Assim, consciência crítica passa a ser um pseudoconceito no qual cabe um conjunto de atitudes que se justapõem, mas não se articulam, num processo de síntese, como um conceito. O uso alienado da obviedade interrompe o uso significativo do conceito – a utilização funcional da palavra como meio de formação de conceitos. Para Vygotsky (1991, p.133), essa atitude seria entendida como desastrosa, uma vez que a utilização funcional da palavra como meio de formação de conceito é a marca psicológica fundamental da radical mudança intelectual que tem lugar na passagem da infância para a adolescência quando o falante assume uma postura ativa no complexo processo de formação de conceitos, com a passagem dos processos intelectuais imediatos a operações mediadas por signos.

Essa questão traz consigo uma outra discussão importante para a compreensão das conseqüências do uso da linguagem alienada. Trata-se da tese apontada por Vygotsky (1991, p.346) e desenvolvida

por Luria (1984), segundo a qual o significado das palavras evolui e com ele a consciência. Essa tese reafirma o processo ativo de compreensão e utilização dos conceitos: à medida que o sujeito vai se apropriando de forma mais profunda e ampla das situações e dos objetos – à medida que percebe suas múltiplas determinações, suas várias facetas –, é capaz de inseri-los num conjunto mais amplo e complexo de relações e ligações, perceber esse conjunto como um sistema hierarquicamente estruturado, e, enfim, de utilizá-lo de forma cada vez mais intencional e consciente. Nesse processo a estrutura de seu pensamento evolui de processos intelectuais imediatos a lógico-verbais. O significado da palavra evolui e com ele a consciência, que opera com os conceitos de que o sujeito dispõe. Isso significa que ao longo de sua vida, o sujeito vai ampliando, aprofundando sua compreensão do mundo – à medida mesmo que o tempo passa, e ainda que não haja uma intencionalidade por parte do sujeito com relação a este aprofundamento do significado. E a palavra reflete os novos níveis que a consciência vai alcançando.

Quando a linguagem está tomada pela obriedade, essa evolução não acontece, pois a linguagem estratificada cerceia a possibilidade de desenvolvimento do conceito e, conseqüentemente, da consciência. Ou seja, se o desenvolvimento do significado das palavras expressa o desenvolvimento da consciência (Luria, 1984, p.48), a estratificação do sentido e significado da palavra expressa a estratificação da consciência. Assim sendo, a utilização alienada da obriedade, ao esvaziar o significado da palavra, expressa o esvaziamento da consciência, a inatividade do homem possuidor da consciência em seu processo de apreensão do mundo.

A propósito dessa discussão, é preciso deixar claro que a estabilidade da palavra enquanto referência ao objeto não implica a interrupção do desenvolvimento de seu significado. Do ponto de vista que aqui interessa, é importante ficar claro que a interferência do uso alienado da obriedade não tem a ver com fixar uma referência objetual para a palavra, mas com esvaziar a relação palavra-significado/sentido.

Do ponto de vista do complexo processo de formação dos conceitos – que envolve o processo ativo de percepção do objeto em suas propriedades, análise, generalização e abstração dessas propriedades –, a utilização alienada da obriedade impõe um atalho que aparentemente facilita a fixação do fato de consciência na palavra. Enquanto o conceito resulta de uma operação intelectual complexa que envolve a utilização de todas as funções intelectuais – a atenção, a percepção, a

associação, a comparação, a análise, a síntese ou a generalização –, a utilização alienada da obviedade permite processos intelectuais imediatos, dispensa o processo mais complexo das operações lógico-verbais mediadas por signos: abordado pelo ponto de vista do uso alienado da obviedade, o conteúdo do conceito se constrói com base na experiência sensorial concreta imediata. A utilização desse processo não leva efetivamente ao que Vygotsky (1991, p.164) chamou de “verdadeiro conceito”, mas apenas ao pseudoconceito – que se constitui pelo acúmulo ou justaposição de elementos isolados, fortemente ligados às situações concretas, às impressões imediatas obtidas a partir do ajuntamento de objetos que têm alguma afinidade.

Conforme Vygotsky,

nosso pensamento cotidiano se produz com grande frequência sob a forma de pseudoconceitos. De uma perspectiva dialética, os conceitos que aparecem em nossa fala habitual não são verdadeiros conceitos: são mais idéias gerais sobre as coisas.

Esse é um processo semelhante ao experimentado pela criança no processo de comunicação com os adultos, quando ela opera com as palavras de forma aparentemente semelhante aos conceitos, mas utiliza-se de procedimentos psíquicos distintos que apenas na aparência fazem lembrar conceitos. No caso do sujeito que faz uso alienado da obviedade, o conceito não nasce do processo de análise e síntese, não se forma “graças à tensão colossal de toda a atividade do pensamento” (Vygotsky, 1991, p.194), mas é assimilado pronto e traz acoplado um sentido e significado. Estruturalmente é semelhante ao pensamento em complexos: no momento em que o educador é chamado a enunciar as ligações e relações que a palavra realiza, percebe-se uma justaposição de elementos isolados que guardam alguma afinidade entre si, mas não encerram uma síntese que traçaria uma concepção do conceito a partir de sua compreensão – por isso, de um modo geral, o sujeito que se utiliza de forma alienada de um conceito não-cotidiano não define o conceito, mas apenas o exemplifica. Isto fica claro no caso do educador que alienadamente anuncia o desenvolvimento da consciência crítica: perguntado sobre a definição do conceito, é capaz apenas de exemplificar com um conjunto de elementos que se justapõe: militância política, capacidade de argumentação, indignação frente às injustiças, atitude de questionamento, solidariedade, ser crítico, capacidade de fazer críticas construtivas, participação sindical, uso inteligente da informação.

Isso indica, segundo Vygotsky (p.206 ss.), que esse educador não se apropriou do conceito de consciência crítica como um conceito científico, mas como um conceito cotidiano, insuficiente para dirigir a prática para a concretização de uma atividade não-cotidiana. Vygotsky (p.217) justamente chamou os pseudoconceitos de conceitos cotidianos, por oposição aos conceitos científicos. Os conceitos cotidianos prescindem de um sistema em que adquirir sentido; resultam de relações estabelecidas entre os objetos com base numa relação simples de associação direta com o objeto, com base na situação prática não-mediada por outros conceitos, o que não leva à tomada de consciência dos conceitos. De acordo com Vygotsky (ibidem), essa tomada de consciência dos conceitos,

se dá através da formação de um sistema, fundado em determinadas relações de comunalidade entre os conceitos, e a tomada de consciência destes conduz à voluntariedade.

Na ausência de um sistema em que se constituiria o conceito, a consciência crítica tratada, nos limites da cotidianidade, como conceito cotidiano, não supera o caráter não-consciente e não-voluntário dos pseudoconceitos. Nesse nível, o educador fala em desenvolvimento da consciência crítica sem compreender essa categoria no processo de desenvolvimento humano, sem compreender os distintos níveis de consciência que o homem pode chegar a desenvolver, sem ligar esse desenvolvimento à compreensão das condições materiais como condicionante das relações sociais e do desenvolvimento humano. Dessa forma, não pode se utilizar do conceito de forma consciente e voluntária. Por isso, anuncia, de forma óbvia, o desenvolvimento da consciência crítica, sem ter as condições necessárias para dirigir a própria ação pela intencionalidade da consciência. Sem saber efetivamente o que é a consciência crítica, o educador a anuncia, mas não pode dirigir sua ação por essa compreensão, ou seja, não pode colocá-la como motivo e fim de sua ação. Anuncia a consciência crítica, mas desenvolve sua ação dirigido por fins e valores que nada têm a ver com ela. Por isso a prática, de um modo geral, não tem resultado em procedimentos que a dirijam para o desenvolvimento da consciência crítica.

A partir desta constatação, será possível comparar, em certa medida, as implicações da utilização alienada da obviedade dos conceitos aos casos de retardamento do cérebro, investigados por Luria (1984, p.49), quando a variedade das possíveis relações latentes da

palavra diminui acentuadamente, na mesma medida em que os componentes figurado-diretos assumem predominância sobre os lógico-verbais e o significado da palavra começa a ter um caráter elementar unificado. Nos casos de afetação do cérebro comentados por Luria, a exemplo dos casos em que o uso alienado da obriedade envolve o conceito, predominam as relações sonoras – externas – sobre as internas, semânticas, sem que a expressão sonora deflagre um movimento do pensamento.

Sendo a linguagem instrumento básico do pensamento e da percepção que determina a ação do sujeito sobre a realidade, a linguagem utilizada de forma alienada restringe a capacidade do homem de formar conceitos, de fazer generalizações, de traçar relações lógicas. Mesmo sua capacidade de projetar o futuro fica comprometida: sem se apropriar efetivamente das palavras, sua capacidade de raciocínio perde profundidade e originalidade. Da mesma forma que o deficiente auditivo, por razões físicas, ao ficar excluído da comunicação verbal – e antes de adquirir um seu substituto –, não tem a possibilidade de desenvolver as formas mais elaboradas de reflexão da realidade permitidas pelo pensamento verbal e abstrato (Luria, 1984), também aqueles que fazem uso da linguagem de forma alienada deixam, de certa forma, de usufruir do potencial que a linguagem pode ter, como veículo do pensamento, na apreensão da realidade objetiva e no desenvolvimento de sua consciência.

Para Bakhtin (1979, p.32), esse processo resulta do fato de classes sociais opostas utilizarem a mesma língua. Isto faz que na palavra confrontem-se “índices de valor contraditórios” – o que transforma a palavra numa arena onde se desenvolve a luta de classes. Bakhtin chama isso de “plurivalência social do signo” e esse é, para o autor, um traço da maior importância, pois esse entrecruzamento dos índices de valor torna a palavra viva e móvel, capaz de evoluir.

No entanto, segundo o autor, esse confronto de “índices de valor contraditórios” que torna a palavra viva faz dela um instrumento de refração e de deformação da realidade nela expressa. Como resultado da ação da classe dominante que tende a desmerecer o conflito e a contradição aí existentes, subtrai-se da palavra o conflito conferindo-lhe um caráter inatingível e acima das diferenças de classe, a fim de abafar, esconder a luta dos índices sociais de valor que aí se trava – o que torna o signo monovalente. Esse signo monovalente de que fala Bakhtin encontra na estrutura da vida cotidiana, um terreno fértil para sua ins-

talação, uma vez que, por suas próprias características, a vida cotidiana procura o consumo rápido do conceito. Subtraída das tensões geradas pelas lutas sociais, a palavra irá, conforme Bakhtin (ibidem)

infalivelmente se debilitar, degenerará em alegoria, não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade.

Ainda para Bakhtin (p.117-8), a superação da relação alienada com a linguagem, da qual a utilização alienada do conceito de consciência crítica é apenas um exemplo, está na compreensão ativa.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. Por isso, a cada palavra que se busca compreender, se faz uma réplica, busca-se corresponder uma série de palavras nossas: quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda é nossa real compreensão.

Para o autor (p.118), aqueles que ignoram o tema de uma palavra – o estágio superior real da capacidade lingüística de significar, a significação contextual nas condições da enunciação concreta, que só é acessível a um ato de compreensão ativa e responsiva, o significado de que fala Vygotsky –, ao entender o sentido dessa palavra, atingem apenas seu valor inferior sempre estável e idêntico a si mesmo, dicionarizado. O resgate dos valores contraditórios presentes na palavra, o resgate de sua história, são elementos essenciais para o estabelecimento de uma relação consciente com a palavra necessária para a apropriação plena das objetivações não-cotidianas. O estranhamento é atitude fundamental nesse processo.

Para a superação da utilização alienada da linguagem – e da obviedade da consciência crítica, no exemplo específico utilizado –, não basta postular um novo conceito, que, pelo mesmo mecanismo de naturalização e esvaziamento de seu sentido histórico e social, torna-se uma nova obviedade. Para superar este ciclo vicioso, é necessária uma relação consciente do falante com a língua, que possibilite a expressão daquele que fala, considerando sempre o lugar de onde fala e em nome do que fala. Em outras palavras, é preciso que cada falante da língua desconfie da fala cristalizada, fossilizada e procure fazer-se o sujeito de uma fala viva. É preciso reverter a tendência básica do óbvio de converter em natural o que é social, histórico, cultural e ideológico – tendência essa que escamoteia os conflitos e os interesses de grupos. Ou seja, a superação da apreensão naturalizante do real impõe, no

mesmo processo, a superação da alienação no nível do pensamento e da linguagem, o que vai determinar um novo modo de agir. É sempre importante lembrar que a linguagem que medeia a alienação é ela própria um produto do processo alienado de produção da existência, ao mesmo tempo que esse processo alienado é produzido pelos homens, e, como tal, pode ser pelos homens transformado. Lembrando Marx e Engels (1980, p.26), "não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência", ao mesmo tempo que não se pode esquecer que são "precisamente os homens que transformam as circunstâncias". Da mesma forma, não é a linguagem – que nasce junto com a consciência, determinada pelo mesmo processo – que determina a consciência. No entanto, uma vez que a linguagem se forma no mesmo processo que a consciência e, uma vez que a forma como o homem enxerga o mundo se tece também pela linguagem, manter uma relação consciente com a linguagem pode ser a condição da nossa liberdade, a condição de podermos transformar as circunstâncias.

MELLO, S. A. Language and the alienation of consciousness. *Alfa (São Paulo)*, v.41, p.109-131, 1997.

- *ABSTRACT: The main discussion in this article involves the process through which human practices become "obvious". Its goal is to bring some light into the mechanisms hidden behind language which interpose man's thinking and acting, and take him into assuming an attitude of "familiar", "well-known", "obvious" facing complex situations and facts - which do not belong to the every-day range of activities. Such attitude is an obstacle in truly understanding these situations and facts, and, consequently, in achieving goals established in this range of human activity.*
- *KEYWORDS: Language/consciousness relation; obvious; language and alienation of consciousness.*

Referências bibliográficas

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- HELLER, A. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona: Península, 1977.
- LURIA, A. R. *Conciencia y lenguaje*. Madrid: Visor Libros, 1984.

- LURIA, A. R. *Curso de psicologia geral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. v.1, 4.
- MARKUS, G. *Marxismo y "antropologia"*. Barcelona: Grijalbo, 1974.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Lisboa: Presença, 1980.
- RUBINSTEIN, S. L. *O ser e a consciência*. La Habana: Editorial Nacional de Cuba, Editora Universitária, 1965.
- SCHAFF, A. *Linguagem e conhecimento*. Coimbra: Almedina, 1974.
- SMIRNOV, A. A. et al. *Psicologia*. La Habana: Imprensa Nacional de Cuba, 1961.
- VYGOTSKY, L. S. *Obras escogidas*. Madrid: Aprendizage, Visor, 1991. 2v.